

POLÍTICA ECONÔMICA

29 MAI 1987

# Martone prevê recessão e mais inflação até o final de 1988

por Célia de Gouveia Franco  
de São Paulo

**Crise cambial, hiperinflação e recessão —** estê é o cenário atual da economia brasileira, que deve perder por no mínimo dois anos na opinião de Celso Martone, professor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, apresentado ontem a uma platéia de mais de trezentos executivos reunidos em um seminário "Cenários Econômicos para Investimentos".

As soluções para a crise econômica existem — e são conhecidas, disse ele. O que impede sua adoção é o quadro político "que não favorece uma saída racional". Seria necessário uma política econômica de estabilização dos preços a curto prazo e de acerto da questão externa para depois partir para um choque ortodoxo, "uma reforma monetária de fato". As condições concretas para que esse programa venha a se efetivar, contudo, são remotas: "Ainda há no governo quem busque milagres ou truques", comentou.

A prioridade número um do governo deveria ser acertar a questão da dívida externa, pois a moratória não teria estancado a sangria de dólares — o País estaria perdendo US\$ 400 milhões de reservas ao mês. Esse dado foi contestado, também no seminário, pelo diretor do Banco Central (BC), Antônio de Pádua Seixas, que garantiu que as reservas estariam em nível semelhante ao da época da decretação da moratória.

Com essa deterioração das contas externas, o governo teria quatro opções: ampliar a moratória também aos credores oficiais e instituições internacionais (como o próprio Fundo Monetário Internacional); garantir ainda mais as importações (que ele acredita que ocorrerá nos próximos meses); retomada rápida das negociações com os bancos e reduzir a defasagem cambial — o que signi-

fica em termos práticos a adoção de uma desvalorização do cruzado em torno de 12%.

Qualquer que seja o caminho escolhido, levaria pelo menos dois anos para que o balanço de pagamentos voltasse a ficar equilibrado. Obviamente essa crise cambial limita uma política antiinflacionária e o crescimento econômico. Martone definitivamente não acredita na possibilidade de que a inflação venha sequer a estabilizar-se na casa dos 20%, como pretendeu o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Nem mesmo a recessão deverá ajudar muito em termos de segurar a escalada dos preços, pois a inflação atual está sendo gerada pelas expectativas da sociedade.

Martone considera ainda que, quando a inflação passar dos 20%, a tendência das empresas será conceder aumentos iguais à in-

fiação e não apenas o "gatilho" por pressão dos trabalhadores. E essa superindexação dos salários contribuirá para acelerar a inflação. Além disso, o déficit público está crescendo, com a ampliação dos subsídios (especialmente na área de créditos) e com o "rombo" dos estados. Até agora, com o processo de desmonetização da economia, o BC conseguiu segurar a expansão monetária, mas Martone supõe que em mais dois ou três meses isso acabe e haja maior emissão de dinheiro para financiar o déficit.

A esse panorama de inflação crescente e crise cambial, Martone ainda acrescentou regras expectativas quanto ao desempenho da economia — ele prevê, por exemplo, uma queda de 5% da produção industrial neste ano. Como o primeiro trimestre foi bastante favorável para o setor industrial, para que es-

se prognóstico se confirme, seria preciso uma queda vertiginosa do nível de produção e emprego no segundo semestre, que virá acompanhada de uma crise de inadimplência "bastante severa".

Esse panorama desalentador para os próprios meses foi endossado, nas suas grandes linhas, por outro conferencista do seminário, Keyler de Carvalho Rocha, também professor da USP e do conselho administrativo da Agroceres. Ele recomendou que os executivos adotem uma série de provisões — uma estratégia "defensiva" — para enfrentar essa crise econômica. Como a procura de novos mercados ainda não explorados (inclusive no exterior), lançamento de produtos com preços mais baixos, redução dos custos, e do endividamento, diminuição de estoques e dos ativos não operacionais, não distribuição de dividendos.